

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. *Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Instituto Politécnico de Castelo Branco** as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2009, (que evidencia um total de Balanço de 54.257.007,93 euros e um total de fundos próprios de 4.954.688,63 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 474.428,41 euros) e a Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza e a Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.*

RESPONSABILIDADES

2. *É da responsabilidade do Presidente a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do **Instituto Politécnico de Castelo Branco** e o resultado das suas operações e fluxos de caixa, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.*

3. *A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.*

ÂMBITO

4. *Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo nº 7.1. abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:*

a verificação das demonstrações financeiras das entidades englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos em que não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Presidente, utilizados na sua preparação;

a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. *O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão Consolidado com as demonstrações financeiras.*

6. *Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras consolidadas.*

RESERVAS

7.1. *Não foi possível comprovar a titularidade como proprietário dos edifícios, onde se encontram instaladas os Serviços Centrais, a Escola Superior Agrária, a Escola Superior de Educação, a Escola Superior de Tecnologia, a Escola Superior de Artes Aplicadas e a Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias em virtude de não se encontrarem registados na Conservatória do Registo Predial competente.*

7.2. *Os terrenos afectos e os de propriedade da Entidade onde se encontram instalados os Serviços Centrais, a Escola Superior Agrária, a Escola Superior de Educação, a Escola Superior de Tecnologia, a Escola Superior de Artes Aplicadas e a Escola Superior de Gestão não se encontram registados na contabilidade.*

OPINIÃO

8. *Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo nº 7.1 e quanto aos efeitos da situação descrita no parágrafo nºs 7.2. acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Instituto Politécnico de Castelo Branco**, em 31 de Dezembro de 2009 e o resultado das suas operações e fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.*

ÊNFASES

9. *Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:*

9.1. *Os imóveis adquiridos ou obtidos por cedência, transferência e doações até 31/12/2001 pelos Serviços Centrais do Instituto Politécnico de Castelo Branco foram objecto de avaliação por entidade independente, conforme se encontra evidenciado no Anexo. À data do balanço, o respectivo valor contabilístico ascendia a 6.132.390,94 euros.*

9.2. *Os imóveis adquiridos ou obtidos por cedência, transferência e doações até 31/12/2001 pela Escola Superior Agrária foram objecto de avaliação por entidade independente, conforme se encontra evidenciado no Anexo. À data do balanço, o respectivo valor contabilístico ascendia a 9.970.806,88 euros.*

9.3. *Os imóveis adquiridos ou obtidos por cedência, transferência e doações até 31/12/2001 pela Escola Superior de Tecnologia foram objecto de avaliação por entidade independente, conforme se encontra evidenciado no Anexo. À data do balanço, o respectivo valor contabilístico ascendia a 4.998.000,00 euros.*

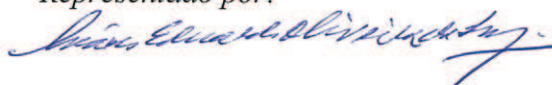
9.4. *Os imóveis adquiridos ou obtidos por cedência, transferência e doações até 31/12/2001 pela Escola Superior de Educação foram objecto de avaliação por entidade independente, conforme se encontra evidenciado no Anexo. À data do balanço, o respectivo valor contabilístico ascendia a 7.511.000,00 euros.*

9.5. *Os imóveis adquiridos ou obtidos por cedência, transferência e doações até 31/12/2001 pelos Serviços de Acção Social foram objecto de avaliação por entidade independente, conforme se encontra evidenciado no Anexo. À data do balanço, o respectivo valor contabilístico ascendia a 7.814.198,55 euros.*

Porto, 2010/5/21

Eugénio Branco & Associados, SROC, Lda.

Representado por:



Mário Eduardo Oliveira de Sousa
Revisor Oficial de Contas, nº893